

AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.

(Em Recuperação Judicial) - CNPJ 88.332.580/0001-65

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)					
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	5.693	5.681	Fornecedores	14
Mensalidades a Receber	5	39.721	43.037	Obrigações com Pessoal	15
Estoques		2.117	2.217	Obrigações com Tributos e Contribuições	16
Adiantamentos	6	2.062	9.934	Empréstimos e Financiamentos	17
Outras Contas a Receber	9	18.689	12.059	Mensalidades Antecipadas	18
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		68.282	72.928	Provisão de Dívida Tributária	19
ATIVO NÃO CIRCULANTE				Obrigações em Recuperação Judicial	21
Realizável a Longo Prazo		297.708	352.701	Obrigações com Partes Relacionadas	20
Títulos PROIES	7	30.275	30.275	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	
Créditos, Bloqueios e Depósitos Judiciais	8	148.127	200.618	Obrigações com Tributos e Contribuições	16
Mensalidades a Receber	5	44.210	40.931	Provisão para Contingências	22
Outras Contas a Receber	9	74.789	80.695	Provisão para Contingências	
Partes Relacionadas	10	307	182	- Partes Relacionadas	20
Investimentos		269	234	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	
Propriedades para Investimentos	11	300	300	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23
Imobilizado	12	983.926	1.002.685	Capital Social	
Intangível	13	1.681	2.286	Ajuste de Avaliação Patrimonial	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.283.884	1.358.206	Prejuízo Acumulado	
TOTAL DO ATIVO		1.352.166	1.431.134	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
				TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Nota	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízo Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2019		5	1.009.621	(9.050.117)	(8.040.491)
Realização da Avaliação Patrimonial		-	(13.539)	13.539	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	35	-	-	(10.798)	(10.798)
Prejuízo do Exercício		-	-	(320.932)	(320.932)
Saldo em 31/12/2020		5	996.082	(9.368.308)	(8.372.221)
Realização da Avaliação Patrimonial		-	-	13.733	(13.733)
Ajuste de Exercícios Anteriores	35	-	-	(316.000)	(316.000)
Prejuízo do Exercício		-	-	(201.674)	(201.674)
Saldo em 31/12/2021		5	982.349	(9.872.249)	(8.889.895)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A AELBRA Educação Superior – Graduação e Pós-graduação S.A. (Entidade transformada em Companhia em 2019) (em Recuperação Judicial), criada em 12 de julho de 1925 com a denominação Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELPSP), sendo uma associação, sem fins lucrativos, se transformou em 25 de abril de 2019 em Sociedade Anônima de capital fechado conforme registro sob nº 43300063071 na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Canoas/RS. A Companhia é detentora da marca ULBRA que atua em todo o território nacional e cumpre seus objetivos sociais na prestação de serviços educacionais. Na Educação, ela tem como finalidades a promoção e o desenvolvimento da educação básica, fundamental, média, técnica, superior e de pós-graduação em geral, abrangendo a pesquisa e a prestação de serviços educacionais, inerentes à formação acadêmica, da pesquisa científica, da cultura e da assistência social, com filiais no estado do Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Pará. Em virtude da delicada situação financeira que persistia, em 2019, a administração encaminhou pedido de recuperação judicial pois entende que criará um ambiente de maior proteção aos ativos permitindo à administração enviar esforços na reestruturação do negócio. A seguir apresentamos o cronograma do processo de recuperação judicial: **Histórico dos Fatos Relevantes da RJ - Exercício 2019 e 2020:** • Em 06 de maio de 2019 foi protocolado o pedido de Recuperação Judicial, sendo inicialmente, indeferido. • Em 13 de dezembro de 2019, a decisão inicial foi reformada pela 6ª Câmara do TRS em julgamento concluído na data, a qual tendo considerado atendidos todos os pressupostos da Lei 11.101/05 (LRF), arts. 48 e 51, deferiu o processamento da recuperação judicial postulada pela AELBRA. • Em 17 de Fevereiro de 2020 foi protocolado o plano de recuperação que contém a proposta de liquidação dos créditos sujeitos a recuperação judicial. O edital conjunto do art. 52, §1º, cumulado com o art. 53, parágrafo único, ambos da Lei nº 11.101/2005, foi veiculado no Diário da Justiça Eletrônico do dia 19/03/2020, considerando-se publicado em 20/03/2020. • Em sequência, seria iniciada a fase extrajudicial de verificação de créditos, contudo, em função da pandemia os prazos relativos ao envio das habilitações e divergências foram suspensos, sendo retomados a partir de 09/09/2020. **Histórico dos Fatos Relevantes da RJ - Exercício 2021:** • Tendo em vista a disponibilização do edital do art. 7º, §2º, da LRF, no Diário de Justiça Eletrônico em 21/01/2021, considera-se iniciada a fase judicial de verificação de créditos. • Em 23 de fevereiro de 2021 finaliza o prazo para apresentação de objeções art. 5 LRF. • Transcorrido o prazo para objeções ao Plano de Recuperação Judicial, foi convocada Assembleia Geral de Credores para os dias 24/06/2021 (1ª convocação) e 28/07/2021 (2ª convocação), no formato virtual, conforme sugerido pela Administração Judicial. • Publicado o edital de convocação no DJE e instalada a assembleia em primeira convocação, foi aprovada pelos credores a suspensão do conclave pelo prazo de 90 (noventa) dias. • Proseguidos os trabalhos e após novas suspensões, em 14/12/2021 deliberou-se acerca do novo Plano de Recuperação apresentado pela Recuperanda. • Em 15/12/2021, sobre o decisão de concessão da Recuperação Judicial, constante no evento 2894 dos autos do procedimento recuperatório. **Histórico dos Fatos Relevantes da RJ - Exercício 2022 (evento subsequente):** • Em 24/01/2022 a Fazenda Nacional interps o recurso de Agravo de Instrumento nº 5004938-74.2022.8.21.7000RS, e por decisão oral em forma de liminar pelo Desembargador da 6ª Câmara Cível de Porto Alegre suspendendo pelo prazo de 90 (noventa) dias a homologação do Plano de Recuperação Judicial. • Atualmente a decisão de concessão está suspensa em virtude do efeito suspensivo deferido nos autos, interposto pela Fazenda Nacional. **Fato relevante - Exercício 2022 (evento subsequente):** Em março de 2022, ocorreu a transferência das ações da AELBRA para a REDE EVOLUÇÃO EDUCACIONAL LTDA, conforme o Registro nº 8206728 da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, sob protocolo 220866881. Na mesma ocasião, ocorreu a renúncia da atual gestão e a eleição dos novos diretores da Companhia até ao final do mandato já em exercício (2023). Em função da indefinição do rumo do plano de recuperação judicial a nova administração vem avaliando alternativas para o futuro da Companhia.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Ainda, as Demonstrações Contábeis foram concluídas e aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em 24 de junho de 2022.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) Regime de Escrituração: As receitas e as despesas são registradas com base no regime da competência. A receita preponderante da Companhia é advinda da sua atividade de prestação de serviços educacionais, abrangendo a pesquisa e o desenvolvimento na formação acadêmica e é reconhecida pelo valor justo na data da prestação do serviço ou pela proporção do valor confiavelmente identificável até a data do balanço, quando for provável que benefícios econômicos da prestação de serviços parcial fluirão para a Companhia. b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreendem o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo. O saldo em caixa é mantido com a finalidade de atender a compromissos de pequenas despesas e a curto prazo nas diversas Unidades mantidas pela Matriz. c) Valores a Receber: Os valores a receber de curto e longo prazo estão registrados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis". d) Provisão para Perdas Esperadas: A Provisão para perdas esperadas é avaliada periodicamente e foi constituída, conforme estimativas da Administração, dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando-se, como base, as experiências passadas e o grau de risco de perdas dos créditos vencidos estimados pelos serviços de cobrança interno e externo, bem como por seus assessores jurídicos. e) Estoques: Estão avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor líquido de realização. Os estoques são disponibilizados para consumo das áreas administrativas e educacionais assim como para a manutenção dos serviços da Companhia. f) Propriedade para Investimentos: Representa terrenos não utilizados no desenvolvimento da atividade fim, avaliados ao valor justo. g) Imobilizado: Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão avaliados ao custo de construção ou aquisição, exceto os bens imóveis, terrenos e edificações, que estão avaliados pelo custo atribuído na data de transição da norma, 2009, conforme avaliação patrimonial executada por empresa especializada, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas de acordo com a vida útil econômica estimada e valor residual. h) Intangível: Os bens integrantes do Ativo Intangível estão avaliados ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear às taxas, de acordo com a vida útil econômica estimada. i) Valor recuperável de ativos: A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. j) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefi-

Prezados Senhores Acionistas, Cumprindo disposições legais e estatutárias, vimos submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Pela leitura das aludidas peças, poderão V.Sas. certificar-se da situação em que se encontra a empresa. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Canoas/RS, 24 de julho de 2022. DIRETORIA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)			
	Nota	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24	246.200	259.956
CUSTOS OPERACIONAIS		(155.848)	(202.676)
Custo de Pessoal		(155.848)	(202.676)
LUCRO BRUTO		90.352	57.280
DESPESAS OPERACIONAIS		(159.229)	(70.832)
Despesas Administrativas	28	(82.218)	(87.045)
Despesas Gerais	29	(50.989)	(40.429)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	30	(26.021)	56.642
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(68.877)	(13.552)
Receitas Financeiras	31	27.545	12.621
Despesas Financeiras	31	(108.425)	(201.150)
PREJUÍZO LÍQUIDO ANTES DOS EVENTOS NÃO RECORRENTES		(149.757)	(202.081)
EVENTOS NÃO RECORRENTES			
Eventos não Recorrentes	32	(51.917)	(118.851)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(201.674)	(320.932)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO		(50.418)	(64.186)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Prejuízo do Exercício	(201.674)	(320.932)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente Total	(201.674)	(320.932)

São Mateus e Escola Paz aconteceu ao final de 2019, com uma carência de 2 (dois) anos, com início de pagamento das parcelas em janeiro de 2022 e término em dezembro de 2032, as parcelas são corrigidas pelo IPCA-E. Ainda, no Ativo Circulante, está contemplado o leilão das matrículas 39.127 e 46.100 referente as parcelas 06 (parcial), 07, 08, 09 e 10. **NOTA 10 - PARTES RELACIONADAS:** Saldo junto a Rádio TV Felpus referente a valores formados a partir das despesas pagas pela AELBRA na origem de ratios realizados.

NOTA 11 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Representa o saldo de dois terrenos do Loteamento Mont'Serrat não utilizados no desenvolvimento da atividade da Companhia.

NOTA 12 - IMOBILIZADO: Movimentação 2021

	Saldo 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2021
Edificações	475.135	139 (522)	474.752	
Terenos	706.724	- (862)	705.862	
Móveis e Utensílios	33.709	57 (43)	33.723	
Máquinas e Equipamentos	25.599	60 (6)	25.653	
Equipamentos de Informática	19.702	65 (11)	19.756	
Biblioteca	35.177	-	35.177	
Instalações	9.015	96 (1)	9.110	
Telefonia	862	- (1)	861	
Veículos	3.643	- (1.743)	1.900	
Semoventes	3	-	3	
Outros	444	10 (454)	-	
Edificações em Andamento	-	250	-	250
(-) Provisão p/ Imparidade (*)	(57.686)	-	-	(57.686)
TOTAL	1.252.327	677 (3.643)	1.249.361	

DEPRECIACÃO Taxas anuais

	Edificações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equip.	Equip. de Informática	Biblioteca	Instalações	Telefonia	Veículos	Semoventes	Outros
Edificações	(167.426)	(15.557)	231 (182.752)							
Móveis e Utensílios	(31.086)	(430)	43 (31.473)							
Máquinas e Equip. 10 a 20%	(21.060)	(894)	8 (21.946)							
Equip. de Informática 10 a 20%	(18.608)	(591)	10 (19.189)							
Biblioteca	(60)	-	-	(60)						
Instalações 4 a 20%	(6.902)	(353)	-	-	(7.255)					
Telefonia 20%	(856)	(5)	2 (859)							
Veículos 20 a 25%	(3.643)	-	1.743 (1.900)							
Semoventes	-	(1)	-	(1)						
Total Depreciação	(249.641)	(17.831)	2.037 (265.435)							
RESIDUAL DO IMOBILIZADO	1.002.685	(17.154)	(1.608)	983.926						

Movimentação 2020

	Saldo 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2020
Edificações	474.897	238	-	475.135
Terenos	706.724	-	-	706.724
Móveis e Utensílios	33.825	16 (132)	33.709	
Máquinas e Equipamentos	25.621	55 (77)	25.599	
Equip. de Informática	20.217	144 (659)	19.702	
Biblioteca	9.507	25.682 (12)	35.177	
Instalações	9.554	89 (628)	9.015	
Telefonia	862	2 (2)	862	
Veículos	3.643	-	3.643	
Semoventes	3	-	3	
Outros	455	444 (455)	444	
(-) Provisão p/ Imparidade (*)	(57.686)	-	-	(57.686)
TOTAL	1.227.622	26.670 (1.965)	1.252.327	

DEPRECIACÃO Taxas anuais

	Edificações	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equip.	Equip. de Informática	Biblioteca	Instalações	Telefonia	Veículos	Semoventes	Outros
Edificações	(151.876)	(15.550)	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios 10 a 20%	(30.755)	(447)	116 (31.086)							
Máquinas e Equip. 10 a 20%	(20.210)	(922)	72 (21.060)							
Equip. de Informática 10 a 20%	(18.486)	(776)	654 (18.608)							
Biblioteca	(60)	-	-	(60)						
Instalações 4 a 20%	(7.145)	(360)	603 (6.902)							
Telefonia 20%	(849)	(9)	2 (856)							
Veículos 20 a 25%	(3.643)	-	1.743 (1.900)							
Total Depreciação	(233.024)	(18.064)	1.447 (249.641)							
RESIDUAL DO IMOBILIZADO	994.598	8.606 (518)	1.002.685							

(*) Não decorrer do exercício de 2019 a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada para a análise de imparidade dos terrenos e edificações. Como resultado da referida análise, foi identificado que os terrenos estavam registrados, contabilmente, por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda e, como consequência, foi constituída provisão para imparidade. Referente as baixas, que foram contabilizadas em 2021, são oriundas de Carta de Arrematação que ocorreram anteriormente a definição da Recuperação Judicial, que ora regularizamos na Contabilidade.

NOTA 13 - INTANGÍVEL:

	Custo	Saldo 2019	Amortizações	Saldo 2020	Adições/ 2021	Saldo
Direito Uso de Software	7.924	352	8.276	377	8.653	
Amort. Acumulada	(5.067)	(923)	(5.990)	(982)	(6.972)	
Saldo	2.857	(570)	2.286	(605)	1.681	

NOTA 14 - FORNECEDORES: Os acordos com Fornecedores, Processos Judiciais e Parcelamentos, em função do deferimento da Recuperação Judicial, estão subordinados como credores quirografários na Recuperação Judicial. O valor remanescente refere-se aos fornecedores recentes a pagar, e principalmente o reconhecimento do IPTU junto às Prefeituras.

NOTA 15 - OBRIGAÇÕES COM PESSOAL:

	2021	2020
Provisão de Férias	20.515	20.441
Salários a Pagar	9.231	8.671
Rescisões a Pagar	1.320	13.374
Outros valores a Pagar	226	-
Total	31.292	42.486

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES COM TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

	2021	2020
FGTS a Recolher	27.155	65.599
Provisão FGTS e INSS s/Férias	5.231	4.394
IRRF a Recolher	11.246	50.455
INSS a Recolher	19.496	5.506